
***China Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.***
***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

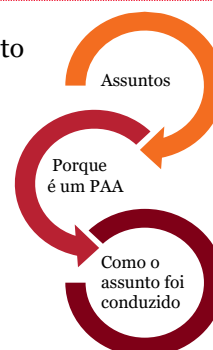
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Banco em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (Notas 3(f), 8(d) e 11)

A determinação do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da administração.

Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, atribuição de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil que continua a ser considerada como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à concessão de crédito e a respectiva análise e aprovação do risco do devedor.

Analizamos os critérios descritos em política e os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como (i) recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações; e (ii) testamos a integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para o recálculo da provisão.

Realizamos também, em base amostral, outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, para a determinação e registro contábil da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Créditos tributários (Notas 3(j) e 14(a))

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. possui ativos decorrentes de créditos tributários substancialmente sobre diferenças temporárias, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários futuros para a realização desses créditos tributários. A projeção do lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidos pela administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Analizamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis futuros.

Discutimos com a administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da administração.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica que continua a ser considerada como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Dessa forma, o ambiente de Tecnologia da Informação continua a ser considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Consideramos que o ambiente de Tecnologia da Informação e os controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de setembro de 2024

PriceWaterhouse Coopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Ricardo Barth de Freitas
Signed By: Ricardo Barth de Freitas,201107202070
CPF: 24107030870
Signed Time: 04 September 2024 11:14:58PT
© ICP-Brasil. CUI: Certificado Digital PF A1
C: BR
Brazil: AC Symplicity Multipla

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do controlador até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do CCB Brasil, instituição controladora, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31,4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo CCB Brasil para Bank of China Limited, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação e para que, oportunamente, a alteração das razões sociais e dos nomes fantasia do CCB Brasil e de suas sociedades controladas sejam concluídos.

A nova Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”), cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 2024, submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados, são demonstrados em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho do primeiro semestre de 2024

Ao final do primeiro semestre de 2024, as operações de crédito alcançaram R\$ 8.831,6 milhões (R\$ 9.612,9 milhões em 31 de dezembro de 2023). O saldo da carteira de crédito junto ao segmento corporativo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 8.316,7 milhões (R\$ 8.933,2 milhões em dezembro de 2023), enquanto a carteira de crédito varejo, composta basicamente por operações de crédito consignado, encerrou o primeiro semestre de 2024 com R\$ 514,9 milhões, queda de 24,2% em relação a dezembro de 2023, cujo saldo dessa carteira era de R\$ 679,7 milhões.

Os índices de NPL (non performing loans), formados pela parcela da carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, demonstram linearidade da qualidade da carteira corporativa. A carteira em 30 de junho de 2024 apresentou 1,9% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de 1,5%, mantendo a estabilidade na qualidade da carteira de crédito.

A administração declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Em relação ao Funding, observamos uma redução de 15,1% de captação em reais nesse primeiro semestre de 2024. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 4.209,3 milhões, com um decréscimo de 4,8% ante dezembro do ano passado. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 697,9 milhões, redução de 46,5% na comparação com 31 de dezembro de 2023.

Em 30 de junho de 2024, os recursos obtidos com os controladores representavam 38,3% da captação total de R\$ 12.916,2 milhões. Vale salientar que os controladores têm provido o CCB Brasil com funding destinado a continuidade das suas atividades operacionais e aderentes às condições de mercado.

O resultado bruto da intermediação financeira do semestre findo em 30 de junho de 2024 alcançou R\$ 132,5 milhões, redução de 16,0% ante o resultado obtido no mesmo período de 2023 no montante de R\$ 161,5 milhões.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

O prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 85,6 milhões (prejuízo de R\$ 20,1 milhões em 30 de junho de 2023).

Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido do banco alcançou R\$ 1.537,6 milhões (R\$ 1.612,7 milhões em 31 de dezembro de 2023) e o índice de Basileia era de 21,98% (20,28% em 31 de dezembro de 2023).

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Semestre findo em 30 de junho de 2024

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento às normas do Banco Central do Brasil – BACEN e ao estatuto da instituição.

O Comitê analisou as demonstrações contábeis relativas ao primeiro semestre de 2024 (balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas), com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. Com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações contábeis, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração do CCB Brasil.

São Paulo, 03 de setembro de 2024

Comitê de auditoria.

Balança Patrimonial em 30 de junho

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		14.104.005	17.256.620
Disponibilidades		35.697	8.227
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	493.192	2.136.543
Títulos e valores mobiliários	6.b	4.179.033	5.073.440
Derivativos	7.f	98.485	101.516
Operações de crédito	8.a	7.094.168	7.742.589
Operações de câmbio	9	2.057.370	1.918.253
Outros instrumentos financeiros	10	320.645	425.895
Provisão para perda associada ao risco de crédito	11	(174.585)	(149.843)
Ativos Fiscais		855.865	881.552
Impostos a compensar		21.888	20.754
Crédito tributário	14.a	602.062	628.883
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	231.915	231.915
Outros Ativos	15	156.991	88.707
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	12	73.320	77.018
Custo		174.125	184.242
Provisão para redução ao valor recuperável		(100.805)	(107.224)
Investimentos		247.486	356.452
Participações societárias	13	247.319	356.285
Outros investimentos		167	167
Imobilizado		4.188	4.739
Custo		89.584	89.753
Depreciação acumulada		(85.026)	(84.625)
Provisão para redução ao valor recuperável		(370)	(389)
Ativo Intangível		2.113	1.823
Custo		29.437	28.120
Amortização acumulada		(27.324)	(26.297)
Total do Ativo		15.443.968	18.666.911

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial em 30 de junho

*(Em milhares de reais)**(continuação)*

PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		13.158.166	16.173.662
Captações no mercado	16	7.136.765	11.781.168
Obrigações por empréstimos e repasses	17	4.834.510	3.401.657
Derivativos	7.f	72.778	29.947
Operações de câmbio	9	167.987	133.967
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	18	945.013	823.021
Outros instrumentos financeiros	19	1.113	3.902
Provisões	20	495.244	570.525
Obrigações Fiscais		194.836	216.460
Impostos correntes		6.732	11.893
Impostos diferidos	14.c	147.359	163.866
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	40.745	40.701
Outras Obrigações	23	58.142	84.586
Total do Passivo		13.906.388	17.045.233
Patrimônio Líquido			
Capital social	24.a	3.497.234	3.497.234
Ações em tesouraria	24.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.908.485)	(1.822.855)
Reservas de capital		899	899
Outros resultados abrangentes		3.037	1.505
Total do Patrimônio Líquido		1.537.580	1.621.678
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.443.968	18.666.911

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		1.425.963	519.147
Operações de crédito	26	663.473	319.945
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	27	272.846	385.017
Resultado com derivativos	28	167.953	(63.936)
Resultado de câmbio	29	321.691	(121.879)
Despesas da Intermediação Financeira		(1.293.460)	(357.632)
Obrigações por empréstimos e repasses	31	(740.651)	216.296
Operações de captações no mercado	32	(430.574)	(640.563)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	33	(121.992)	67.745
Outras despesas de intermediação financeira	30	(243)	(1.110)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Associada ao Risco de Crédito		132.503	161.515
Provisão para perda associada ao risco de crédito	11	(37.969)	2.321
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		94.534	163.836
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(172.908)	(150.992)
Receitas com prestação de serviços e tarifas	34	12.815	19.668
Despesas de pessoal	35	(80.255)	(82.256)
Outras despesas administrativas	36	(45.644)	(37.319)
Outras receitas operacionais	37	16.908	20.116
Outras despesas operacionais	38	(34.967)	(31.696)
Resultado de participações societárias	13	(2.324)	4.655
Provisão para passivos contingentes	21.a	(39.093)	(40.233)
Provisão para garantias prestadas		(348)	(3.927)
Resultado Operacional		(78.374)	12.844
Resultado não Operacional	39	805	(3.451)
Resultado Antes da Tributação		(77.569)	9.393
Impostos diferidos	14.d	(8.061)	(29.533)
Prejuízo dos Semestres		(85.630)	(20.140)
Quantidade de ações (mil)		689.797	689.797
Prejuízo por ação - R\$		(0,12)	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Prejuízo dos Semestres	<u>(85.630)</u>	<u>(20.140)</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.532	2.123
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Variação ao valor justo	2.785	3.860
Crédito tributário	(1.253)	(1.737)
Resultado Abrangente dos Semestres	<u>(84.098)</u>	<u>(18.017)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
				Ágio na subscrição de ações				
Saldos em 01 de janeiro de 2023	2.956.864	-	(55.105)	899		(46)	(1.796.187)	1.106.425
Aumento de capital em aprovação pelo Bacen	-	540.370	-	-	-	-	-	540.370
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	2.123	-	2.123
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(20.140)	(20.140)
Saldos em 30 de junho de 2023	2.956.864	540.370	(55.105)	899		2.077	(1.816.327)	1.628.778
Mutações do semestre	-	540.370	-	-	-	2.123	(20.140)	522.353
Saldos em 01 de janeiro de 2024	3.497.234	-	(55.105)	899		1.505	(1.822.855)	1.621.678
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	1.532	-	1.532
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(85.630)	(85.630)
Saldos em 30 de junho de 2024	3.497.234	-	(55.105)	899		3.037	(1.908.485)	1.537.580
Mutações do semestre	-	-	-	-	-	1.532	(85.630)	(84.098)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo dos Semestres		(85.630)	(20.140)
Ajustes ao Resultado		64.976	97.874
Constituição (reversão) de provisão para perda associada ao risco de crédito	11	37.969	(2.321)
Atualização de depósitos em garantias	37	(8.452)	(14.426)
Provisão para passivos contingentes	21.a	39.093	40.233
(Reversão) constituição de provisão para empréstimos vinculados a operações de crédito	31	(12.767)	40.434
Outras provisões operacionais		639	10.018
Depreciação e amortização	36	1.623	1.873
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	14	8.061	29.533
Resultado de participações societárias	13	2.324	(4.655)
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	39	(1.107)	(2.634)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(2.418)	(181)
Baixa de bens por inutilização	39	11	-
(Prejuízo) Lucro ajustado		(20.654)	77.734
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(75)	456
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		897.192	(271.180)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos		45.862	(47.610)
Redução na carteira de crédito		635.193	407.832
(Aumento) em carteira de câmbio Ativo		(139.117)	(2.355.664)
Aumento em carteira de câmbio Passivo		34.020	1.805.678
(Aumento) em outros instrumentos financeiros e outros ativos		150.926	(33.660)
(Redução) aumento em captação no mercado		(4.644.403)	503.054
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.344)
Pagamento de contingências	21.a	(128.453)	(9.230)
(Redução) aumento em outras obrigações		(16.830)	32.867
(Redução) em outros instrumentos financeiros - passivo		(2.789)	(4.897)
Dividendos recebidos	13.a	-	217
Juros sobre o capital próprio recebidos	13.b	-	8.500
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades Operacionais		(3.189.128)	112.753
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		4.496	6.172
Aquisição de imobilizado de uso		(37)	(81)
Aquisição no intangível		(1.317)	(2.162)
Aplicação de investimentos		-	(4)
Caixa Líquido Originado das Atividades de Investimentos		3.142	3.925
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		8.364.269	14.763.407
Aumento (redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	33	121.992	(67.745)
Pagamento de empréstimos		(6.918.649)	(14.630.158)
Aumento de capital		-	540.370
Caixa Líquido Originado das Atividades de Financiamento		1.567.612	605.874
(Redução) aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.618.374)	722.552
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	4	2.140.821	1.890.422
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		2.418	181
Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres	4	524.865	2.613.155
(Redução) aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.618.374)	722.552

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil” e/ou “Banco”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas, o Banco atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, além da distribuição de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Brazil Financial Holding Investimentos e Participações Ltda. (“CCB Holding”), a transferência do controle acionário do CCB Brasil, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o BOC, atual controlador, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31,4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo CCB Brasil para o BOC, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação e para que, oportunamente, a alteração das razões sociais e dos nomes fantasia do CCB Brasil e de suas sociedades controladas sejam concluídos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, incluída a dependência no exterior, foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 41).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres apresentados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Conglomerado CCB Brasil elaborou plano de implementação dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros requeridos pela Resolução CMN nº 4.966/21 com suas respectivas atualizações. O referido Plano de Implementação está segregado da seguinte forma:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas;
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do exercício de 2024, conforme normas acessórias emitidas pelo BACEN. Os impactos nas demonstrações contábeis serão divulgados de forma oportuna após a implementação requerida pela referida resolução ao final do exercício de 2024.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 com sua respectiva atualização estabelece critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil em observância ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 26 de agosto de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do semestre.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN, para os instrumentos financeiros derivativos, a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do semestre.

f) Carteira de crédito e provisão para perda associada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda associada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d – Composição da carteira por níveis de risco.

g) Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é associada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

i) Participação societária

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 20% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 30 de junho de 2024 e 2023 foram calculados considerando a alíquota vigente na data da sua realização.

k) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades	35.697	8.227
Aplicações no mercado aberto	242.063	2.000.429
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	19.616
Aplicações em moedas estrangeiras	247.105	112.549
Total	<u>524.865</u>	<u>2.140.821</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações no mercado aberto	242.063	2.000.429
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.024	23.565
Aplicações em moedas estrangeiras	247.105	112.549
Total	<u>493.192</u>	<u>2.136.543</u>
Circulante	493.192	2.136.543

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	<u>30/06/2024</u>						
	<u>Até 90 dias</u>	<u>91 a 360 dias</u>	<u>Subtotal Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total contábil</u>	<u>Custo corrigido</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos disponíveis para venda	471.286	-	471.286	3.581.089	4.052.375	4.046.853	4.052.375
Carteira própria (*)	145.369	-	145.369	2.046.761	2.192.130	2.189.179	2.192.130
Letras Financeiras Tesouro	145.369	-	145.369	2.046.761	2.192.130	2.189.179	2.192.130
Vinculados a operações compromissadas	13.993	-	13.993	1.500.848	1.514.841	1.512.220	1.514.841
Letras Financeiras Tesouro	13.993	-	13.993	1.500.848	1.514.841	1.512.220	1.514.841
Vinculados a prestação de garantias (**)	311.924	-	311.924	33.480	345.404	345.454	345.404
Letras Financeiras Tesouro	311.924	-	311.924	33.480	345.404	345.454	345.404
Títulos mantidos até o vencimento	-	126.658	126.658	-	126.658	126.658	126.658
Carteira própria	-	126.658	126.658	-	126.658	126.658	126.658
Cotas – FIDC	-	126.658	126.658	-	126.658	126.658	126.658
Total	<u>471.286</u>	<u>126.658</u>	<u>597.944</u>	<u>3.581.089</u>	<u>4.179.033</u>	<u>4.173.511</u>	<u>4.179.033</u>

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 344.504 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 899 referente a processos judiciais.

	31/12/2023						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	1.107.463	447.910	1.555.373	3.398.305	4.953.678	4.950.941	4.953.678
Carteira própria (*)	230.868	8.605	239.473	145.805	385.278	385.164	385.277
Letras Financeiras Tesouro	230.868	8.605	239.473	145.805	385.278	385.164	385.277
Vinculados a operações compromissadas	820.230	-	820.230	3.220.719	4.040.949	4.038.321	4.040.950
Letras Financeiras Tesouro	820.230	-	820.230	3.220.719	4.040.949	4.038.321	4.040.950
Vinculados a prestação de garantias (**)	56.365	439.305	495.670	31.781	527.451	527.456	527.451
Letras Financeiras Tesouro	56.365	439.305	495.670	31.781	527.451	527.456	527.451
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	119.762	119.762	119.762	119.762
Carteira própria	-	-	-	119.762	119.762	119.762	119.762
Cotas – FIDC	-	-	-	119.762	119.762	119.762	119.762
Total	1.107.463	447.910	1.555.373	3.518.067	5.073.440	5.070.703	5.073.440

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 525.884 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 853 referente a processos judiciais e R\$ 714 referente a outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas pela instituição custodiante nomeada pelo Administrador do Fundo.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo Administrador do Fundo.

7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de Paul Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira trading do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter hedge. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (plain vanilla) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2024 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2024), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2024 apresentam as seguintes características:

							Valor de referência				
	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
Contratos de Swap											
Mercado											
Interfinanceiro	1.687	2.945	4.632	3.068	12.202	15.270	12.315	67.158	79.473	371.031	450.504
Moeda Estrangeira	480	-	480	-	399	399	(12.315)	(77.286)	(89.601)	(371.031)	(460.632)
Pré	-	-	-	1.245	-	1.245	-	10.128	10.128	-	10.128
Subtotal	2.167	2.945	5.112	4.313	12.601	16.914	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	295	4.224	4.519	(12)	(2.812)	(2.824)	-	-	-	-	-
Total	2.462	7.169	9.631	4.301	9.789	14.090	-	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF											
Compra de											
Termo/NDF	11.088	119	11.207	3.458	-	3.458	149.568	91.802	241.370	1.097	242.467
Venda de											
Termo/NDF	-	-	-	2.486	-	2.486	(45.972)	-	(45.972)	-	(45.972)
Subtotal	11.088	119	11.207	5.944	-	5.944					
Total	13.550	7.288	20.838	10.245	9.789	20.034					
Contratos Futuros											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	-	-	-	65	-	65	93.054	84.955	178.009	421	178.430
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	363	-	363	-	-	-	(49.980)	(180.268)	(230.248)	(116.246)	(346.494)
Compra – DDI –											
Cupom Cambial	44.924	-	44.924	2	-	2	3.349.104	115.912	3.465.016	261.787	3.726.803
Venda – DDI –											
Cupom Cambial	-	-	-	15.677	-	15.677	(238.413)	(869.878)	(1.108.291)	(78.059)	(1.186.350)
Compra – Moeda											
Estrangeira	31.899	-	31.899	16	-	16	2.298.148	-	2.298.148	-	2.298.148
Venda – Moeda											
Estrangeira	461	-	461	36.984	-	36.984	(3.125.754)	-	(3.125.754)	-	(3.125.754)
Total	77.647	-	77.647	52.744	-	52.744					
Total Derivativos	91.197	7.288	98.485	62.989	9.789	72.778					

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 apresentam as seguintes características:

							Valor de referência				
	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
Contratos de Swap											
Mercado											
Interfinanceiro	14.658	58.047	72.705	69	-	69	12.642	101.155	113.797	374.392	488.189
Moeda Estrangeira	5.630	-	5.630	-	6.333	6.333	(13.916)	(116.280)	(130.196)	(366.961)	(497.157)
Pré	761	-	761	-	-	-	1.274	15.125	16.399	(7.431)	8.968
Subtotal	21.049	58.047	79.096	69	6.333	6.402	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	1.844	7.458	9.302	3	207	210	-	-	-	-	-
Total	22.893	65.505	88.398	72	6.540	6.612	-	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF											
Compra de											
Termo/NDF	33	-	33	13.463	-	13.463	58.446	140.957	199.403	-	199.403
Venda de											
Termo/NDF	552	-	552	14	-	14	(28.622)	(183)	(28.805)	-	(28.805)
Subtotal	585	-	585	13.477	-	13.477					
Total	23.478	65.505	88.983	13.549	6.540	20.089					
Contratos Futuros											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	-	-	-	23	-	23	-	198.900	198.900	6.614	205.514
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	143	-	143	-	-	-	(155.470)	(125.392)	(280.862)	(284.851)	(565.713)
Compra – DDI –											
Cupom Cambial	1.916	-	1.916	-	-	-	219.503	60.207	279.710	203.906	483.616
Venda – DDI –											
Cupom Cambial	-	-	-	2.239	-	2.239	-	(346.964)	(346.964)	(139.322)	(486.286)
Compra – Moeda											
Estrangeira	10.471	-	10.471	2	-	2	2.152.451	-	2.152.451	-	2.152.451
Venda – Moeda											
Estrangeira	3	-	3	7.594	-	7.594	(1.612.494)	-	(1.612.494)	-	(1.612.494)
Total	12.533	-	12.533	9.858	-	9.858					
Total Derivativos	36.011	65.505	101.516	23.407	6.540	29.947					

As operações de “Swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
		Valor Justo/Contábil	Valor Justo/Contábil
LFT	01/03/2024	-	56.365
LFT	01/09/2024	311.924	438.591
LFT	01/03/2028	32.580	30.928
		344.504	525.884

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

g) Hedge accounting

Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo passaram a ser registrados no Banco a partir de janeiro de 2022.

Captações Externas

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USD x CDI), com valores, prazos e taxas similares, e a partir de abril de 2022 designou operações de empréstimos realizadas a partir daquela data como item objeto hedge accounting de valor justo.

30/06/2024	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito (nota 26)	342.022	-	343.466	-	77	343.713	1.444
Hedge de Captação indexadas ao dólar (nota 31)	-	3.223.710	-	3.233.579	(16.369)	3.165.382	(9.869)
Total	342.022	3.223.710	343.466	3.233.579	(16.292)	3.509.095	(8.425)

31/12/2023	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito	451.843	-	460.412	-	2.294	543.105	8.569
Total	451.843	-	460.412	-	2.294	543.105	8.569

8. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

	30/06/2024	31/12/2023
Financiamentos à exportação	3.274.089	3.388.430
Capital de giro e descontos	1.979.743	2.275.555
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.026.861	996.638
Crédito pessoal consignado	513.826	675.877
Financiamentos à importação	131.049	101.933

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Financiamentos de veículos	27.691	32.641
Devedores por compra de valores e bens	9.698	12.159
Operações de crédito vinculados a cessão (*)	1.087	3.801
Outros	130.124	255.555
Operações de crédito	7.094.168	7.742.589
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.737.468	1.870.331
TOTAL	8.831.636	9.612.920

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito pessoal consignado no consolidado (nota 8.f).

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Passivo - Operações de câmbio” (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Ativo - Operações de câmbio” (nota 9).

b) Diversificação por setor de atividade

	30/06/2024	31/12/2023
Setor privado	8.309.638	8.924.222
Indústria	4.135.397	4.453.566
Comércio	2.319.567	2.705.410
Outros serviços	1.579.265	1.616.157
Agronegócio	275.409	149.089
Pessoas físicas	521.998	688.698
Total	8.831.636	9.612.920

c) Diversificação por prazos – por parcela

	30/06/2024	%	31/12/2023	%
Vencidos a partir de 15 dias	41.344	0,47	5.952	0,06
A vencer até 03 meses	1.297.089	14,69	2.797.530	29,10
A vencer de 03 meses até 01 ano	3.448.689	39,05	2.848.804	29,64
Total Circulante	4.787.122	54,21	5.652.286	58,80
Não Circulante	4.044.514	45,79	3.960.634	41,20
Total	8.831.636	100	9.612.920	100

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	30/06/2024			31/12/2023		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.531.192	39,98	-	4.069.989	42,34	-
A	4.029.303	45,62	20.146	4.091.404	42,56	20.457
B	1.052.282	11,91	10.523	1.215.310	12,65	12.153
C	51.183	0,58	1.535	92.456	0,96	2.774
D	2.193	0,02	219	3.318	0,03	332
E	5.799	0,07	1.740	8.085	0,08	2.424
F	3.229	0,04	1.614	3.429	0,04	1.715
G	58.823	0,67	41.176	63.137	0,66	44.196
H	97.632	1,11	97.632	65.792	0,68	65.792
Total	8.831.636	100	174.585	9.612.920	100	149.843

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Níveis de concentração de risco

	30/06/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	210.896	2,39	309.342	3,22
10 Maiores devedores	1.537.180	17,41	1.657.123	17,24
100 Maiores devedores	7.521.569	85,17	8.141.829	84,70

f) Operações vinculadas a cessão (cessão de crédito interbancário)

Em exercícios anteriores foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

As referidas cessões estão classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” e apresentam o saldo de R\$ 1.087 (Dezembro/23 – R\$ 3.801), e o valor registrado como obrigações por operações de crédito vinculadas à cessão, apresentado no passivo em “Outros Instrumentos financeiros” (nota 19), é de R\$ 1.111 (Dezembro/23 – R\$ 3.896). A despesa com obrigações vinculadas registrada no semestre foi de R\$ 243 (Junho/23 – R\$ 1.110), que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado “Outras despesas de intermediação financeira” (nota 30), decorrentes da apropriação “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

9. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.926.640	1.835.358
Direitos sobre vendas de câmbio	90.218	29.841
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	49.147	57.423
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(8.635)	(4.369)
Total	2.057.370	1.918.253
Circulante	1.817.123	1.708.299
Não circulante	240.247	209.954
Total	2.057.370	1.918.253
	30/06/2024	31/12/2023
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio	1.757.089	1.886.493
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.688.321)	(1.812.908)
Câmbio vendido a liquidar	99.219	60.382
Total	167.987	133.967
Circulante	167.987	133.967
Total	167.987	133.967

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – ATIVO

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Devedores por depósito em garantia	311.445	418.584
Rendas a receber	9.192	7.304
Títulos e créditos a receber	<u>8</u>	<u>7</u>
Total	<u>320.645</u>	<u>425.895</u>
Circulante	6.349	5.071
Não circulante	<u>314.296</u>	<u>420.824</u>
Total	<u>320.645</u>	<u>425.895</u>

11. PROVISÃO PARA PERDA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	149.843	307.693
Constituição (reversão) de provisão para créditos	<u>37.969</u>	<u>(3.005)</u>
Subtotal	<u>187.812</u>	<u>304.688</u>
Baixas para prejuízo (*)	<u>(13.227)</u>	<u>(154.845)</u>
Saldo final	<u>174.585</u>	<u>149.843</u>
Recuperação de créditos baixados (nota 26)	19.626	98.072
Percentual da provisão sobre carteira	1,98	1,56
Circulante	101.688	59.995
Não circulante	<u>72.897</u>	<u>89.848</u>
Total	<u>174.585</u>	<u>149.843</u>

(*) Do montante de baixas, R\$ - (Dezembro/23 – R\$ 44.618) referem-se a operações de crédito vinculadas a captações de acordo com a regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02.

Em 30 de junho de 2024 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 1.094.235 (Dezembro/23 – R\$ 1.214.861). Destaca-se que, conforme parágrafo 3º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. Neste caso, incluem-se renegociações que não implicam, necessariamente, em readequações frente a questões relacionadas à capacidade de pagamento dos contratos em si, mas toda e qualquer alteração condições de pagamento originalmente pactuadas. O saldo de provisão para os créditos renegociados é de R\$ 71.445 (Dezembro/23 – R\$ 78.722).

Do montante de contratos renegociados, R\$ 59.936 (Dezembro/23 – R\$ 61.528) abrange contratos repactuados em razão de dificuldades financeiras dos devedores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imóveis	156.628	166.642
Máquinas e equipamentos	15.581	15.582
Veículos e afins	1.695	1.703
Outros	221	315
Subtotal	<u>174.125</u>	<u>184.242</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(100.805)</u>	<u>(107.224)</u>
Total	<u>73.320</u>	<u>77.018</u>

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As principais informações das sociedades em que o Banco possui participação direta são assim demonstradas:

Nome da empresa	30/06/2024				31/12/2023		
	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido	Resultado de Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	207.240	10.362	10.362	207.240	305.121
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	23.887	681	681	23.887	23.206
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	924	23	23	925	902
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	5.296	126	126	5.296	5.170
CCB Brasil S.A. - CFI	116.405.774	100%	9.938	(11.916)	(11.916)	9.938	21.854
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	1.354.000	1,67%	1.969	63	1	33	32
Subtotal					<u>(723)</u>	<u>247.319</u>	<u>356.285</u>
CCB Brasil Cobrança Ltda. (*)	110.402.810	3,75%	(43)	(17)	(1)	(2)	(1)
Brasifactors S.A. (*)	62.931	50%	(13.409)	(3.199)	(1.600)	(6.704)	(5.105)
Total					<u>(2.324)</u>	<u>240.613</u>	<u>351.179</u>

(*) Em decorrência dos Patrimônios Líquidos da Brasifactors S.A. e CCB Brasil Cobrança Ltda. apresentarem saldo devedor, os montantes equivalente à participação do Banco estão registrados em Outras obrigações (Nota 23).

a) Dividendos

Em 29 de junho de 2023 o Banco recebeu da subsidiária CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o montante de R\$ 217 em forma de dividendos referentes ao exercício de 2022.

Em 30 de junho de 2024 foram propostos dividendos no valor de R\$ 108.243, decorrente de reservas de lucro auferidos em exercícios anteriores pela subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A., além da destinação de 5% do lucro auferido no semestre para reserva legal. Em 29 de dezembro de 2023 foram propostos dividendos mínimos nos valores de R\$ 5.969 e R\$ 376 pelas subsidiárias CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. e CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., respectivamente, a serem recebidos em 2024. Esses valores estão registrados no grupo de "Outros Ativos" (nota 15).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Juros sobre capital próprio

Não houve recebimento de juros sobre capital próprio pela subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. no primeiro semestre de 2024. Em 29 de junho de 2023 o Banco recebeu o montante de R\$ 8.500 em forma de juros sobre o capital próprio pela subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A., o qual após a retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultou no montante líquido de R\$ 7.225.

14. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no semestre:

	31/12/2023	Varição PL	Realizações	Adições	30/06/2024
Imposto de Renda					
Provisão para perda associada ao risco de crédito	277.842	-	(21.329)	9.460	265.973
Ajuste Hedge Accounting e MtM	2.286	-	(2.286)	3.007	3.007
Provisão para contingências e outras	53.405	-	(21.066)	10.229	42.568
Subtotal	333.533	-	(44.681)	22.696	311.548
Prejuízo fiscal	24.090	-	-	7.086	31.176
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	357.623	-	(44.681)	29.782	342.724
Contribuição Social					
Provisão para perda associada ao risco de crédito	222.274	-	(17.064)	7.568	212.778
Ajuste Hedge Accounting e MtM	1.829	-	(1.829)	2.406	2.406
Provisão para contingências e outras	42.724	-	(16.854)	8.183	34.053
Subtotal	266.827	-	(35.747)	18.157	249.237
Base negativa da CSLL acumulada	4.433	-	-	5.668	10.101
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	271.260	-	(35.747)	23.825	259.338
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	628.883	-	(80.428)	53.607	602.062

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										30/06/2024
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	Total
Valor Projetado	159.673	147.503	120.619	112.430	41.348	18.053	2.436	-	-	-	602.062
Valor Presente (*)	151.966	127.159	94.187	79.522	26.491	10.476	1.281	-	-	-	491.082
% Realização	26,5%	24,5%	20,0%	18,7%	6,9%	3,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2023
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	Total
Valor Projetado	78.334	180.838	132.958	122.960	107.293	6.500	-	-	-	-	628.883
Valor Presente (*)	70.098	144.809	95.273	78.845	61.565	3.337	-	-	-	-	453.927
% Realização	12,5%	28,8%	21,1%	19,5%	17,1%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em 30 de junho de 2024, o Banco possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.035.455 (Dezembro/23 – R\$ 981.272), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 220.029 (Dezembro/23 - R\$ 218.078), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.842/20 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o 1º semestre de 2024, o Banco recuperou R\$ 98 (Dezembro/23 - R\$ 952), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 44 (Dezembro/23 - R\$ 427), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2024	31/12/2023
Crédito Presumido Constituído	231.915	231.915
Passivo Fiscal Diferido	(40.745)	(40.701)

c) Passivo fiscal diferido

	31/12/2023	Variação PL	Realizações	Adições	30/06/2024
Imposto de Renda					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	57.026	-	-	1.604	58.630
Atualização monetária de depósitos judiciais	27.747	-	(14.072)	-	13.675
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	4.121	696	-	4.383	9.200
Ajuste Hedge Accounting	2.142	-	(1.781)	-	361
Subtotal Imposto de Renda	91.036	696	(15.853)	5.987	81.866
Contribuição Social					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	45.620	-	-	1.283	46.903
Atualização monetária de depósitos judiciais	22.198	-	(11.258)	-	10.940
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	3.298	557	-	3.506	7.361
Ajuste Hedge Accounting	1.714	-	(1.425)	-	289
Subtotal Contribuição Social	72.830	557	(12.683)	4.789	65.493
Total impostos diferidos	163.866	1.253	(28.536)	10.776	147.359

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Crédito presumido IR – Lei nº 12.838/13	22.612	-	-	24	22.636
Crédito presumido CS – Lei nº 12.838/13	18.089	-	-	20	18.109
Total crédito presumido	40.701	-	-	44	40.745
Total Geral	204.567	1.253	(28.536)	10.820	188.104

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	30/06/2024		30/06/2023	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(77.569)	(77.569)	9.393	9.393
Base de cálculo	(77.569)	(77.569)	9.393	9.393
Adições temporárias	193.127	193.127	228.495	228.495
Adições permanentes	359.928	359.928	248.830	248.830
Exclusões temporárias	(640.586)	(640.586)	(518.481)	(518.481)
Lucro Real (Prejuízo Fiscal) e Base de Cálculo do IR e CSLL	(165.100)	(165.100)	(31.763)	(31.763)
Resultado Fiscal Agência Exterior	73.638	73.638	51.397	51.397
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(5.890)	(5.890)
Lucro Real (Prejuízo Fiscal) e Base de Cálculo do IR e CSLL	(91.462)	(91.462)	13.744	13.744
Conciliação do resultado				
IRRF – Exterior a compensar	(1.044)	-	(9.367)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo)	(9.842)	(7.874)	(5.744)	(4.593)
(=) Provisão IR e CSLL	(10.886)	(7.874)	(15.111)	(4.593)
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(22.696)	(18.157)	(19.443)	(15.554)
Constituição de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa da CSLL acumulada)	(7.086)	(5.668)	-	-
Realização do crédito tributário (sobre adições temporárias)	44.681	35.747	46.797	37.437
(=) Efeito líquido do crédito tributário	14.899	11.922	27.354	21.883
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	4.013	4.048	12.243	17.290

15. OUTROS ATIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Dividendos a receber (notas 13.a e 13.b)	114.588	6.345
Pagamentos a ressarcir	14.858	35.110
Devedores diversos no país	12.931	38.446
Relações interfinanceiras	8.340	6.422
Despesas antecipadas	3.190	1.385
Outros	3.084	999
Total	156.991	88.707
Circulante	131.029	20.633
Não circulante	25.962	68.074
Total	156.991	88.707

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2024					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	61.859	-	-	61.859	-	61.859
Depósitos de poupança	2.208	-	-	2.208	-	2.208
Depósitos interfinanceiros	-	453.263	200.136	653.399	-	653.399
Depósitos a prazo	-	3.615.530	534.094	4.149.624	59.752	4.209.376
Obrigações por operações compromissadas	-	1.512.034	-	1.512.034	-	1.512.034
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	181.293	452.056	633.349	35.107	668.456
Letra financeira - LF	-	-	24.577	24.577	4.856	29.433
Total	64.067	5.762.120	1.210.863	7.037.050	99.715	7.136.765

	31/12/2023					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	54.124	-	-	54.124	-	54.124
Depósitos de poupança	2.211	-	-	2.211	-	2.211
Depósitos interfinanceiros	-	567.201	510	567.711	196.573	764.284
Depósitos a prazo	-	3.724.910	666.736	4.391.646	29.615	4.421.261
Obrigações por operações compromissadas	-	5.234.060	-	5.234.060	-	5.234.060
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	-	136	136	-	136
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	356.572	820.697	1.177.269	65.178	1.242.447
Letra financeira - LF	-	16.498	46.147	62.645	-	62.645
Total	56.335	9.899.241	1.534.226	11.489.802	291.366	11.781.168

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 3 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	30/06/2024	31/12/2023
Repasses no país - instituições oficiais	22.269	108.006	130.275	15.279	145.554	252.358
No exterior	4.613.873	46.324	4.660.197	28.759	4.688.956	3.149.299
Empréstimo junto ao acionista minoritário - CCB	3.688.964	-	3.688.964	-	3.688.964	2.647.924
Empréstimo vinculado com operações de crédito - acionista minoritário - CCB (*)	-	11.134	11.134	2.560	13.694	9.820
Empréstimo junto ao controlador - BOC	278.448	-	278.448	26.199	304.647	-
Demais empréstimos no exterior	646.461	35.190	681.651	-	681.651	491.555
Total geral em 30 de junho de 2024	4.636.142	154.330	4.790.472	44.038	4.834.510	
Total geral em 31 de dezembro de 2023	3.093.717	274.963	3.368.680	32.977		3.401.657

(*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;

III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;

IV - Compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;

V - Prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;

VI - Postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

VII - Não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Em 30 de junho de 2024 o montante das captações vinculadas a operações ativas registradas no grupo “Empréstimos no Exterior” é de R\$ 336.006 (Dezembro/23 – R\$ 308.374), e o saldo das operações ativas é de R\$ 23.977 (Dezembro/23 – R\$ 30.360), sendo que neste semestre não há parcelas vencidas (Dezembro/23 – sem parcelas vencidas).

Visando apresentação da melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, o Banco considerando a expectativa de recebimento dos créditos vinculados, registrou ajuste redutor do grupo “Empréstimos no Exterior” pelo montante de R\$ 322.312 (Dezembro/23 – R\$ 298.554), sendo o montante de R\$ 12.767 de despesas (Junho/23 – R\$ 40.434 de despesas) em contrapartida ao resultado do semestre (Nota 31).

18. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Captação	Valor de Emissão		Vencimento	Valor de Emissão		Tx Juros (a.a.)	30/06/2024	31/12/2023
	Moeda Original	Emissão		Moeda Nacional				
Dívida Perpétua Nível I	US\$ 70.000	29/12/2016	-	228.025	8,00%		389.123	338.891
Dívida Perpétua Nível I	US\$ 100.000	04/06/2021	-	506.660	5,80%		555.890	484.130
Total							945.013	823.021

	30/06/2024	31/12/2023
Não circulante	945.013	823.021
Total	945.013	823.021

Conforme previsto na regulamentação vigente, em decorrência do saldo elevado de prejuízos acumulados auferidos em exercícios anteriores, o Banco não constituiu provisão para pagamento de juros referente aos anos de 2024 e 2023, decorrentes das dívidas perpétuas emitidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

19. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – PASSIVO

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações por operações de crédito vinculadas a cessão (nota 8.f)	1.111	3.896
Comissões a pagar	2	6
Total	<u>1.113</u>	<u>3.902</u>
Circulante	1.052	3.680
Não circulante	61	222
Total	<u>1.113</u>	<u>3.902</u>

20. PROVISÕES

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisões para contingências (nota 21)	418.593	507.953
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 22)	33.106	32.758
Outras	43.545	29.814
Total	<u>495.244</u>	<u>570.525</u>
Circulante	64.886	56.955
Não circulante	430.358	513.570
Total	<u>495.244</u>	<u>570.525</u>

21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

Processos cíveis

O Banco possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 149.106 (Dezembro/23 – R\$ 158.571). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato, declaratórios, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos trabalhistas

O Banco possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 106.893 (Dezembro/23 – R\$ 106.472). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica tais como horas extras, equiparação salarial, intervalo intrajornada e outros.

Processos fiscais e previdenciários

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 48.317 (Dezembro/23 – R\$ 40.414): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 35.407 (Dezembro/23 – R\$ 34.413). Em junho de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 372 da Repercussão Geral, determinando que as receitas brutas operacionais, decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras, integram a base de cálculo do PIS e da COFINS. Os saldos de provisão remanescente, bem como aqueles mantidos em garantia através de depósito judicial, serão baixados na ocasião em que ocorrer a certificação do trânsito e julgado.

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 12.027 (Dezembro/23 – R\$ 71.803): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 9.930 (Dezembro/23 – R\$ 81.805). Em junho de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 372 da Repercussão Geral, reconhecendo que as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS. Em maio de 2024, tivemos decisão desfavorável, sendo que, o depósito judicial no valor de R\$ 73.759 foi convertido em renda da União, vez que ocorreu o trânsito em julgado. O saldo de provisão remanescente será baixado na ocasião em que ocorrer a certificação do trânsito e julgado.

IRPJ/CSLL PDD - 94 – valor envolvido R\$ 25.034 (Dezembro/23 – R\$ 20.179): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor de R\$ 31.398 (Dezembro/23 – R\$ 30.664) foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2009 a 2011 – valor envolvido R\$ 76.728 (Dezembro/23 – R\$ 68.094): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 76.728 (Dezembro/23 – R\$ 73.947) foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2006 a 2008 – valor envolvido R\$ - (Dezembro/23 – R\$ 41.937): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

8.212/91. O valor de R\$ - (Dezembro/23 – R\$ 41.446) foi depositado em juízo. Em janeiro de 2024 tivemos decisão desfavorável, sendo que, o depósito judicial no valor de R\$ 41.708 foi convertido em renda da União, vez que ocorreu o trânsito em julgado.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2024
Cíveis	158.571	2.737	(9.373)	4.616	(7.445)	149.106
Trabalhistas	106.472	3.088	(5.410)	8.284	(5.541)	106.893
Subtotal	265.043	5.825	(14.783)	12.900	(12.986)	255.999
	31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2024
PIS/COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	112.217	-	-	21.886	(73.759)	60.344
IRPJ / CSLL PDD 1994	20.179	-	(1.337)	6.192	-	25.034
INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011	68.094	-	(2.938)	11.572	-	76.728
INSS Administradores - Exercícios 2006 a 2008	41.937	-	-	(229)	(41.708)	-
Outros	483	-	(14)	19	-	488
Subtotal	242.910	-	(4.289)	39.440	(115.467)	162.594
Total	507.953	5.825	(19.072)	52.340	(128.453)	418.593

Em 2023, o CCB Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 136.069.

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 311.445 (Dezembro/23 - R\$ 418.584) sendo R\$ 102.640 – processos cíveis (Dezembro/23 - R\$ 100.357), R\$ 14.174 – processos trabalhistas (Dezembro/23 - R\$ 15.970) e R\$ 194.631 – processos fiscais (Dezembro/23 - R\$ 302.257).

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 32.955 (Dezembro/23 – R\$ 34.373): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor de R\$ 29.193 (Dezembro/23 – R\$ 28.478) foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 40.566 (Dezembro/23 – R\$ 40.566): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

(artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercício 2012 – valor envolvido R\$ 7.395 (Dezembro/23 – R\$ 7.186): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo ao período-base de 2012, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 8.126 (Dezembro/23 – R\$ 7.810) foi depositado em juízo.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 92.084 (Dezembro/23 – R\$ 92.084): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.850 (Dezembro/23 – R\$ 1.797): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 3.288 (Dezembro/23 – R\$ 3.172): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.808 (Dezembro/23 – R\$ 4.675): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Banco existem processos que estão classificados como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 27.343 (Dezembro/23 – R\$ 27.038). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 215.406 (Dezembro/23 – R\$ 208.389). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

22. AVAIS E FIANÇAS

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	255.927	29.529	249.007	28.684
Fianças Judiciais - Outros	336.635	3.110	358.125	3.333
Fianças pagamentos	730.189	359	808.842	641
Fianças performance	96.606	107	32.564	97
Fianças bancárias	17.852	1	17.758	2
Outras fianças	9.928	-	9.783	1
Total	1.447.137	33.106	1.476.079	32.758
Circulante	-	33.106	-	32.753
Não circulante	-	-	-	5
Total	-	33.106	-	32.758

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2024	31/12/2023
Credores diversos - pais	30.504	29.859
Sociais e estatutárias	12.030	11.061
Relações interdependências	7.307	17.342
Ajuste patrimônio negativo investida (nota 13)	6.706	5.106
Valores a pagar a sociedades ligadas (*)	1.507	21.130
Relações interfinanceiras	88	88
Total	58.142	84.586
(*) Refere-se a remuneração de prestação de serviços de gestão de carteira de crédito consignado efetuado pela subsidiária CCB Financeira, que abrangem fomentação e captação de operações, análise de crédito, formalização, marketing, suporte, gestão, atendimento ao cliente, cobrança e todos os demais serviços necessários à boa administração da carteira de crédito.		
Circulante	40.412	79.480
Não circulante	17.730	5.106
Total	58.142	84.586

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Em 26 de maio de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 540.370 elevando-o de R\$ 2.956.864 para R\$ 3.497.234, mediante a emissão de 230.563.698 de novas ações ao preço de R\$ 2,34 por ação, sendo 149.225.015 ações ordinárias e 81.338.683 ações preferenciais. Nesta data o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. cedeu seu direito de preferência na subscrição

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

das novas ações ao Bank of China Limited (BOC). O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 22 de agosto de 2023.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada a aquisição do controle acionário do CCB Brasil pelo BOC, através da aquisição de ações do CCB Brasil mantidas até então pelo CCB Holding. Foram transferidas 240.855.998 ações, sendo 155.886.378 ações ordinárias e 84.969.620 ações preferenciais. Diante do exposto, o quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	30/06/2024			31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Bank of China Limited (BOC)	305.111.393	166.308.303	471.419.696	149.225.015	81.338.683	230.563.698
CCB Brazil Financial Holding						
Investimentos e Participações Ltda.	141.337.530	77.039.420	218.376.950	297.223.908	162.009.040	459.232.948
Total de ações	446.448.923	243.347.723	689.796.646	446.448.923	243.347.723	689.796.646
Total em Reais	2.263.473	1.233.761	3.497.234	2.263.473	1.233.761	3.497.234

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2024 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/23 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/23 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. PARTES RELACIONADAS
a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.572	1.370	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	1.572	1.370	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	-	19.616	73	2.865
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	19.616	73	2.865
Cotas de Fundo de Investimentos	126.658	119.762	6.896	7.504

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
FIDC Brasilfactors (b)	126.658	119.762	6.896	7.504
Prestação de serviços	20	20	82	100
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	20	82	100
Outros créditos – Rendas a Receber	114.588	31.302	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	-	24.957	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	114.212	5.969	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	376	376	-	-
Depósitos à vista	(741)	(735)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(64)	(39)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(63)	(60)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(4)	(7)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(6)	(1)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(464)	(505)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	(1)	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(13)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. (e)	(50)	(77)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(77)	(44)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(155.032)	(298.884)	(10.019)	(15.636)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(24.563)	(24.385)	(1.248)	(1.423)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(130.468)	(172.698)	(8.771)	(14.213)
Banco da China Brasil S.A. (e)	-	(101.801)	-	-
Depósitos a prazo	(986.657)	(391.949)	(49.103)	(16.300)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(894)	(865)	(44)	(50)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(4.975)	(4.911)	(252)	(274)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.958)	(1.923)	(99)	(115)
Brasilfactors S.A. (f)	-	(47)	(1)	-
FIDC Brasilfactors (b)	(42.420)	(39.395)	(6.896)	(1.139)
CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. (e)	(933.972)	(344.310)	(41.723)	(14.602)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.438)	(498)	(88)	(120)
Operações compromissadas	(31.650)	(309.813)	(899)	(2.756)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(13.994)	(7.095)	(493)	(2.581)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(17.656)	(1.061)	(406)	(175)
Bank of China Limited (BOC) (e)	-	(301.657)	-	-
LCA	(233)	(2.468)	(1)	(310)
Pessoal-chave da Administração (c)	(233)	(2.468)	(1)	(310)
Obrigações por empréstimos	(4.007.305)	(2.657.744)	(603.696)	249.677
China Construction Bank Corporation (d)	(4.007.305)	(2.657.744)	(603.696)	249.677
Operações de Cessão de Crédito – Resolução nº 3.533/08	(1.112)	(3.896)	(243)	(1.110)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.112)	(3.896)	(243)	(1.110)
Valores a pagar sociedade ligadas	(1.507)	(21.130)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.507)	(21.130)	-	-
Repasso cessão de crédito	-	(172)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	(172)	-	-

A saber:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 100% (Dezembro/23–100%); as operações compromissadas pré-fixadas foram realizadas às taxas médias de 10,40% a.a. (Dezembro/23 – 11,65% a.a.) e possuem vencimento em 01 de julho de 2024 (Dezembro/23 – 02 de janeiro de 2024), com lastro de até 03 meses (Dezembro/23 – até 03 meses). As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 96,02% do CDI (Dezembro/23 – 95,75%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/23 – até 02 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 100,0% do CDI (Dezembro/22 – 98,74% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/23 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 6,02% a.a. (Dezembro/23 – 5,47% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 7 anos (Dezembro/22 – em até 07 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8.f.

b) Prestação de serviços efetuado por empresa do Grupo.

A remuneração dos serviços prestados equivale a 2,8% do saldo médio da carteira crédito consignado, líquido dos créditos cedidos, registrado no ativo do Banco ao longo dos últimos 12 meses.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do semestre, quando for o caso, respeitadas as limitações impostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2024 e exercício de 2023, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face ao saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

c.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Remuneração fixa (nota 35)	(12.355)	(11.708)
Outros	(195)	(396)
Total	<u>(12.550)</u>	<u>(12.104)</u>

c.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

26. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Operações de crédito	639.389	224.581
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 11)	19.626	69.359
Aquisição de recebíveis	2.486	10.377
Marcação a mercado - itens objeto de hedge (nota 7.g)	1.444	14.815
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	528	813
Total	<u>663.473</u>	<u>319.945</u>

O Banco possui operações de crédito indexados em moeda estrangeira, cujo valor registrado no primeiro semestre de 2024 foi impactado pela variação cambial daquele período no montante de R\$ 262.087 de receita (Junho/23 – R\$ 207.440 de despesa).

27. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de aplicações compromissadas	124.943	212.958
Resultado de títulos renda fixa	97.580	73.319
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	36.449	88.121
Rendas de aplicações no exterior	6.830	2.650
Outras operações com TVM	7.044	7.969
Total	<u>272.846</u>	<u>385.017</u>

28. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Mercado Futuro - Dólar	182.050	(136.859)
Mercado Futuro - DI	3.629	(6.713)
Termo de moedas	25.542	(33.003)
Swap	(43.268)	112.639
Total	<u>167.953</u>	<u>(63.936)</u>

29. RESULTADO DE CÂMBIO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Variações cambiais	219.053	(161.335)
Operações de câmbio	62.974	51.678
Disponibilidades em moedas estrangeiras	39.664	(12.222)
Total	<u>321.691</u>	<u>(121.879)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

30. OUTRAS DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Prejuízo em operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8.f)	(243)	(1.110)
Total	(243)	(1.110)

31. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	(736.309)	250.559
Marcação a mercado - Item objeto de hedge (nota 7.g)	(9.869)	12.894
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	(7.240)	(6.723)
Reversão para empréstimos vinculados a operações	12.767	(40.434)
Total	(740.651)	216.296

O Banco possui obrigações com banqueiros no exterior por empréstimos indexados em moeda estrangeira, cujo valor registrado no primeiro semestre de 2024 foi impactado pela variação cambial daquele período no montante de R\$ 586.438 de despesa (Junho/23 – R\$ 384.497 de receita).

32. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depósitos a prazo	(221.034)	(264.711)
Operações compromissadas	(129.510)	(261.553)
Despesas de letras do agronegócio - LCA	(49.579)	(58.369)
Depósitos interfinanceiros	(24.463)	(45.973)
Despesa contribuição Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(3.199)	(3.231)
Despesas de letras financeiras - LF	(2.784)	(6.711)
Despesas de letras de créditos imobiliário - LCI	(5)	(15)
Total	(430.574)	(640.563)

33. RESULTADO COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Variação cambial de dívida perpétua	(121.992)	67.745
Total	(121.992)	67.745

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

34. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas sobre garantias prestadas	11.109	14.526
Rendas de cobrança	686	708
Rendas de tarifas bancárias	606	649
Rendas de outros serviços	414	3.785
Total	<u>12.815</u>	<u>19.668</u>

35. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Salários	(38.558)	(43.753)
Encargos Sociais	(20.101)	(16.836)
Honorários da diretoria (nota 25.c1)	(12.355)	(11.708)
Benefícios	(9.142)	(9.844)
Outros	(99)	(115)
Total	<u>(80.255)</u>	<u>(82.256)</u>

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de serviços de terceiros	(18.452)	(10.575)
Despesas de aluguéis, taxas e condomínio	(9.330)	(9.208)
Despesas de processamento de dados	(7.060)	(6.885)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(3.445)	(4.463)
Despesas de manutenção e conservação	(1.975)	(1.742)
Despesas de amortização e depreciação	(1.623)	(1.873)
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	(205)	(101)
Outras despesas	(3.554)	(2.472)
Total	<u>(45.644)</u>	<u>(37.319)</u>

37. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Atualização de depósitos em garantia	8.452	14.426
Reversão de provisão de reestruturação	5.332	281
Recuperação de encargos e despesas	2.725	346
Receitas programas sociais habitacionais	-	4.202
Outras rendas operacionais	399	861
Total	<u>16.908</u>	<u>20.116</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

38. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Provisão para perdas programas habitacionais (*)	(25.730)	-
Despesas com comissões	(3.384)	(4.655)
Despesas tributárias	(2.658)	(17.010)
Taxas de processamento	(1.357)	(1.593)
Provisão para participação nos lucros - empregados	(969)	(5.536)
Outras despesas operacionais	(869)	(2.902)
Total	(34.967)	(31.696)

(*) Refere-se a constituição de provisão para desembolsos para conclusão de construção de residências do Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Social de Habitação (PSH), não reembolsáveis pelo Ministério das Cidades.

39. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado de alienação de bens	1.107	2.634
Constituição de provisão para outras receitas não operacionais (*)	(291)	(6.091)
Baixa por inutilização	(11)	-
Outras rendas (despesas) não operacionais	-	6
Total	805	(3.451)

(*) Refere-se a constituição de provisão para ativos não financeiros mantidos para venda R\$ 310 (Dezembro/23 – R\$ 6.091) e reversão de provisão para bens imobilizados – R\$ 19 (Dezembro/23 – R\$ -)

40. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes às suas operações sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, de Mercado, de Crédito, de Liquidez, Operacionais e a Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isto resulta em uma visão global das exposições às quais o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, além de assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e de aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos relacionados atendendo dessa forma à Resolução CMN nº 4.557/17 que dispõe sobre Gerenciamento Integrado de Riscos – “GIR”.

Encontra-se ainda no site do Banco, o “Relatório de Gestão de Riscos Pilar III de Basileia”, em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades do CCB Brasil no âmbito da gestão prudencial de riscos.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado Financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.943/21 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCO

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – *Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central, segundo decisão do Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e de tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O monitoramento do Risco de Mercado no CCB Brasil é executado por alguns principais tipos de medidas tais como: análise de posições (*stale positions*), controle de nível de exposição cambial, sensibilidades, testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações), DV01, EVE - *Economic Value of Equity* e NII – *Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são avaliadas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto, os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

ESG – Risco Socioambiental e Climático

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e em não circulante.

O CCB Brasil conta com departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3;
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Em 30 de junho o CCB Brasil apresentou seu Ativo Circulante maior que o Passivo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo, o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6.b), que exceto o saldo daqueles vinculados à prestação de garantias, tem um montante de R\$ 3.547.609 (Dezembro/23 – R\$ 3.366.524), que mesmo classificados no não circulante, representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.978.546 (Dezembro/23 – R\$ 2.647.924), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	30/06/2024		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	6.323.873	3.547.609	9.871.482
Passivo Circulante	(12.171.580)	3.978.546	(8.193.034)
Saldo Líquido	(5.847.707)	7.526.155	1.678.448

Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda associada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2024, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2024, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2024, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de - 1.000 basis points	deslocamento paralelo de - 2.500 basis points	deslocamento paralelo de - 5.000 basis points
Dólar à Vista	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 28/06/2024 (em R\$ Mil)

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(13.928)	(33.669)	(63.741)
Taxa Prefixada em Reais	(12.449)	(30.443)	(58.798)
Perda Total	(26.377)	(64.112)	(122.539)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 28/06/2024 (em R\$ Mil)

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(8.361)	(21.018)	(41.714)
Taxa Prefixada em Reais	(75.278)	(186.374)	(366.990)
Perda Total	(83.639)	(207.392)	(408.704)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para a Instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (*Economic Value of Equity*) e Delta *NII* (*Net Interest Income*) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/18 e na Resolução BCB 54/20. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise.

Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (*Head Office*) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS (*"Risk Appetite Statement"*), de programas de testes de estresse, e da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

A tabela a seguir indica os requerimentos mínimos de capital válidos para 30 de junho de 2024:

Requerimentos Bacen	Válido em 30/06/2024	Válido em 31/12/2023
Índice de Capital Principal	7,0%	7,0%
Índice de Capital de Nível 1	8,5%	8,5%
Índice de Basileia (PR total)	10,5%	10,5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela a seguir exhibe os principais indicadores de capital apurados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e atende tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2023 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em R\$ Mil	30/06/2024	31/12/2023
Capital Nível 1	2.929.622	2.405.653
-Capital Principal	1.984.609	1.582.632
-Perpetual Bonds	945.013	823.021
Patrimônio de Referência	2.929.622	2.405.653
-RWACpad	11.403.636	10.420.893
-RWAMpad	207.854	127.651
-RWAOpad	1.719.985	1.310.934
Total RWA	13.331.475	11.859.478
-IRRBB	28.608	47.358
Índices		
Capital Principal	14,89%	13,34%
Nível 1	21,98%	20,28%
Índice de Basileia	21,98%	20,28%
IB para RWA + IRRBB	21,40%	19,32%

O artigo 12 da Resolução CMN nº 4.958/21 determina que as instituições devem manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o, porém, como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA. No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais (R\$) na declaração de apetite a riscos.

41. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2024 o CCB Brasil registrou despesas de provisão no montante de R\$ 25.730 referente a provisão para perdas em programas habitacionais. No primeiro semestre de 2023, não houve registro de resultados não recorrentes no Banco.

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Conselho de Administração

Presidente:	Qiusheng Cai (tomou posse em 07/06/2024)
Membros do Conselho:	Guanghua Zhang (tomou posse em 07/06/2024) Ruojie Li (tomou posse em 07/06/2024)

Diretoria

Diretor Presidente:	Guanghua Zhang
Diretores Vice-Presidente:	Deming Li Lei Xu
Diretor:	Hsia Hua Sheng Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid

Certificate Of Completion

Envelope Id: 06655743F32B4CBD8781B4755C3A04B1	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: CHINACONSTRUCTIONBANKBRBANCOMULTIPLO24.JUN.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 55	Signatures: 1
Certificate Pages: 8	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Rayane Leopoldo
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	rayane.leopoldo@pwc.com
	IP Address: 18.231.224.26

Record Tracking

Status: Original 04 September 2024 16:19	Holder: Rayane Leopoldo rayane.leopoldo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 04 September 2024 17:14	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Ricardo Freitas
ricardo.freitas@pwc.com
Sócio de Auditoria
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SyngularID Multipla
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

7C4D818B9A11480...
Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 18.231.224.33

Timestamp

Sent: 04 September 2024 | 16:21
Viewed: 04 September 2024 | 17:12
Signed: 04 September 2024 | 17:14

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Maristela
maristela.ssilva@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 10 October 2023 | 12:25
ID: 79e84254-494e-47d0-be26-1e2c8b7674ab
Company Name: PwC



Sent: 04 September 2024 | 16:21

Carbon Copy Events**Status****Timestamp**

Rayane Leopoldo
rayane.leopoldo@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

COPIED

Sent: 04 September 2024 | 17:14
Viewed: 04 September 2024 | 17:14
Signed: 04 September 2024 | 17:14

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	04 September 2024 16:21
Certified Delivered	Security Checked	04 September 2024 17:12
Signing Complete	Security Checked	04 September 2024 17:14
Completed	Security Checked	04 September 2024 17:14

Payment Events**Status****Timestamps****Electronic Record and Signature Disclosure**

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.